



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Cirurgia. Segundo a assessora, era cerca de R\$ 5.100.000,00. Em momento algum, o Ministério Público Estadual, através da Promotoria da Saúde, entrou em contato com o município de Aracaju para saber da comprovação desta dívida.

Ainda segundo a PMA, o grande problema é que o hospital quer que o repasse das verbas federais seja feito sem qualquer tipo de avaliação, o que seria uma irresponsabilidade, o que não é correto, pois fere a lei e a verba é federal. Para que o pagamento seja feito, é necessário que exista uma avaliação quantitativa e qualitativa, pois só assim os valores podem ser repassados para o hospital. A verba é pública e é necessário haver zelo pelo que se paga. Trata-se de pagar pelo que foi utilizado e não pelo que pode vir a ser.

"Nós estamos tentando entender ainda o porquê desta requisição feita pelo Ministério Público de Sergipe com o intuito de bloquear as verbas municipais, já que, em nenhum momento, o município deixou de cumprir os repasses necessários para realizar os serviços do Hospital de Cirurgia. É interessante destacar também que processo não diz respeito só à verba estadual ou municipal, mas também federal, e que a ação já corre na Justiça Federal e esta já afirmou que o município não deve absolutamente nada ao Cirurgia", assegurou o procurador-geral de Aracaju, Carlos Pinna Júnior.

• **Portaria**

A Secretaria Municipal de Saúde

diz que a portaria foi editada em 30 de dezembro de 2013 e vem sendo aplicada pelo município em relação a todos os hospitais prestadores de serviço. O Hospital de Cirurgia optou por ingressar com uma ação judicial para receber os valores em sua integralidade, sem qualquer avaliação.

A SMS ressalta que a gestão vem cumprindo a determinação da portaria do Ministério Público que delibera que as verbas devem ser repassadas mediante avaliação quantitativa e qualitativa, o que a diretoria do hospital se negou a realizar. Sendo assim, houve o bloqueio da conta da unidade hospitalar. Além disso, no ano passado, o MPE autorizou que o Governo do Estado repassasse diretamente para o Hospital de Cirurgia o valor de R\$ 1,5 milhão, devendo o hospital prestar contas e, até o momento, não se tem notícias dessa prestação de contas deste montante.

"A PMA se preocupa com a sua população, tanto que tem consciência de que manteve e mantém suas obrigações no repasse financeiro para assistência aos aracajuanos e ressalta que a gestão do Hospital de Cirurgia deve reorganizar a maneira com que vem conduzindo o caso para não prejudicar ainda mais a população. Além disso, a Prefeitura de Aracaju não interrompeu de forma alguma a oferta de serviços, tanto que outros prestadores continuam atendendo normalmente e estão sendo feitas parcerias com outros hospitais para atender a sociedade", frisa a SMS.

• **Gestão plena**

A Prefeitura de Aracaju, em 1997, passou a ser responsável pela baixa complexidade. Em 27 de março de 2001, a Secretaria Municipal de Saúde ficou também responsável pela média e alta complexidade. Com isso, passou a receber verba federal e estadual também. Mas, conforme citado anteriormente, é preciso cumprir a lei e executar o melhor serviço para a população e, disso, a gestão do prefeito João Alves Filho nunca se furtou, tendo este já comparecido ao Ministério Público para comprometer-se em resolver muitos dos problemas de Aracaju, deixados pela gestão passada. O grande problema é que o impasse entre Hospital de Cirurgia e a Prefeitura de Aracaju não é novo e, antes de executar qualquer repasse, a SMS irá, sim, comprovar a realização dos serviços.

A Gestão Plena requer a transferência de verbas federal, estadual e municipal. Desta forma, em suma, no caso do Hospital de Cirurgia, no que se refere à verba federal, esta foi paga, inclusive uma quantidade maior do que os serviços que foram prestados. A Justiça Federal já se pronunciou a favor da Prefeitura de Aracaju. Em relação ao débito de verba municipal, foi quitado o que existia até o dia de ontem, 21 de janeiro; Já quanto às verbas estaduais, encontram-se pendentes os valores, porque não foram repassados pelo Estado, como inclusive reconhece o próprio Ministério Público Estadual.